



Marcos Guarita (D), observado por Rushel, Garibaldi e Delcídio (E), defende regras claras para que portos possam atrair investimentos

Especialistas apontam entraves no setor portuário

A estagnação ameaça os portos brasileiros, que não recebem investimento estatal desde 1990, segundo afirmou ontem o representante da Confederação Nacional da Indústria, Marcos Guarita, em audiência na Subcomissão dos Marcos Regulatórios. Para atrair investimentos privados, o setor

precisa de regras estáveis, de acordo com a maioria dos participantes da reunião. Como hoje somente um porto – o de Imbituba (SC) – tem capital privado, a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários anunciou 125 concessões de terminais em todo o país. **Página 5**

Quintanilha devolve processo à Mesa do Senado

Presidente do conselho pede “saneamento” de vícios que, na avaliação de advogados, poderiam levar à nulidade do processo

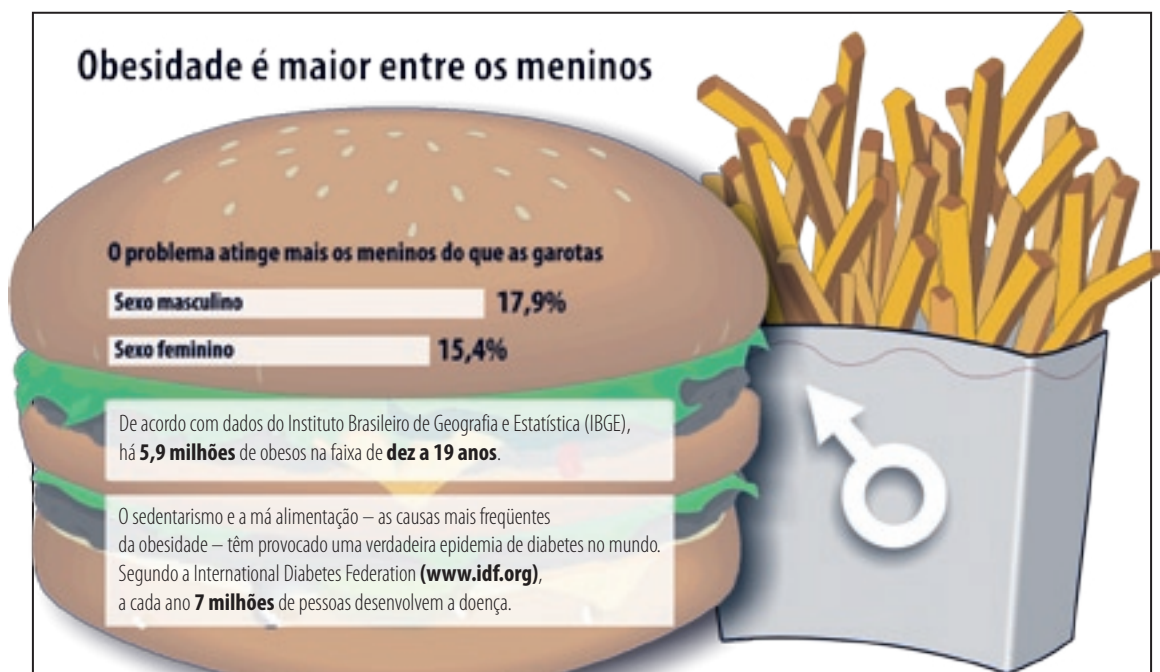
O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Leomar Quintanilha, devolveu ontem à Mesa do Senado o processo contra o presidente da Casa, Renan Calheiros. Em seu despacho, Quintanilha pede à Mesa que proceda ao “saneamento” de vícios na tramitação da representação do PSOL e do processo que a ela se seguiu. O presidente do conselho baseou-se em nota informativa da Consultoria Legislativa e em parecer da Advocacia Geral do Senado, que apontam irregularidades no processo. **Página 4**

Secretário do Tesouro presta contas à CMO

Arno Augustin, secretário do Tesouro Nacional, apresenta hoje à Comissão Mista de Orçamento (CMO) as contas do governo nos primeiros quatro meses do ano. Amanhã, o colegiado analisa substitutivo ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008. **Página 2**

Em debate, o avanço da obesidade no Brasil

Subcomissão de Saúde do Senado realiza hoje, às 10h, debate com especialistas sobre o problema que atinge 40% da população brasileira. **Página 8**



CPI do Apagão divulga segundo relatório parcial

As principais causas dos frequentes atrasos em vôos ocorridos em muitos aeroportos do país estão reunidas no segundo relatório parcial que deverá ser apresentado hoje por Demostenes Torres à CPI do Apagão Aéreo. As conclusões do relator estão baseadas em depoimentos prestados por especialistas e autoridades sobre o monitoramento do espaço aéreo brasileiro. **Página 7**

Arno Augustin apresenta aos parlamentares as contas do governo nos primeiros quatro meses do ano

Comissão ouve hoje secretário do Tesouro e discute LDO amanhã

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza hoje, a partir das 15h, audiência pública para ouvir o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, sobre o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre do ano. Augustin falará aos parlamentares a respeito do comportamento das receitas e sobre como foram aplicados os recursos do Orçamento da União no período.

A apresentação é um requisito previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar 101/00. Entre outros objetivos, a Secretaria do Tesouro Nacional demonstrará se o Executivo alcançou desempenho compatível com as metas de resultado primário – a economia que o governo federal se obriga a fazer para pagar juros da dívida pública.

Substitutivo

Amanhã, a Comissão Mista de Orçamento volta a se reunir, às 14h, quando deve colocar em debate o substitutivo do relator, deputado João Leão (PP-BA) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008. A proposta originária do Poder Executivo destina-se a fixar regras e parâmetros para exame e deliberação do Orçamento da União para o próximo ano, bem como definir as metas e priorida-

des de gastos no período. Sem a aprovação final da matéria pelo Plenário do Congresso Nacional, o recesso parlamentar do meio de ano não pode ter início.

Acordo de último momento firmado com o governo possibilitou incluir na proposta da LDO o anexo de metas e prioridades, constituído por ações que terão execução preferencial a cada ano orçamentário. O anexo envolverá despesas da ordem de R\$ 26,4 bilhões, valor equivalente a 25% dos gastos discricionários aprovados para este ano. João Leão defendia um limite maior, de 35%.

O governo vinha se recusando a enviar o anexo, sobre o qual convergem os interesses dos parlamentares. Para a área de Planejamento do Executivo, a previsão legal é inaplicável nos anos que inauguram cada período governamental. Essa discussão retorna a cada quatro anos pelo fato de os programas prioritários serem pinçados do plano plurianual (PPA) que se aplica ao ano de referência da LDO, no caso 2008. Porém, o plano referente a 2008/2011 somente será aprovado pelo Congresso no segundo semestre. Acabou prevalecendo a idéia de que o anexo fosse preparado com base nos estudos que o governo já dispõe para o novo PPA.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

CPI do Apagão Aéreo examina relatório parcial

Às 10h, a CPI do Apagão Aéreo reúne-se para analisar o relatório parcial sobre segurança aérea no Brasil e requerimentos apresentados pelo relator, senador Demos-

tenes Torres (DEM-GO). Entre as proposições há vários pedidos de transferência de sigilos bancários, telefônicos e fiscais de pessoas físicas e jurídicas.



Política de valorização do salário mínimo na pauta da CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 10h para analisar 18 itens. Consta da pauta, entre outros, projeto de autoria do Poder Executivo que visa à fixação de uma política de valorização do

salário mínimo (PLC 42/07). Também será discutida a proposição que inclui nascituros no rol de dependentes com o fim de possibilitar dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física (PLS 7/07).



Audiência sobre comunicação social eletrônica

As propostas para a nova Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica serão debatidas hoje, às 10h, em audiência conjunta da Comissão de Educação (CE) e da Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da CE. Estão convidados para

o debate, entre outros, o vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, Evandro Guimarães, e a diretora para Assuntos Internacionais da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema, Assunção Hernandes.

Assuntos Sociais discute o avanço da obesidade entre crianças

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debate hoje, às 10h, as causas e conseqüências do avanço da obesidade no Brasil, especialmente entre as crianças. Foram convidados para a reunião o chefe do Centro de Apoio e Atendimento ao Adolescente da Universidade Federal de São Paulo, Mauro Fisberg; as nutricionistas

Olga Maria Silvério Amâncio e Maria Emília Daudtvoender Heyde; e o presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Pimentel Slaviero. Às 14h, a CAS discute, em nova audiência, os projetos em tramitação que tratam de políticas públicas de atenção à saúde.

Comissão Mista de Orçamento ouve Arno Augustin

Os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO) ouvem, às 15h, o secretário do Tesou-

ro Nacional, Arno Augustin, sobre o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre do ano.

Amanhã, a CMO examina substitutivo ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008.

Sessão plenária às 14h

O Plenário do Senado realiza hoje sessão a partir das 14h. A agenda de votações está trancada por medidas provisórias e projetos de lei de conversão.

Cassio Mello expõe no Senado

Obras do artista plástico Cassio Mello, especialista em pinturas de cavalos, estão em exposição até sexta-feira no espaço cultural Ivandro Cunha Lima, no térreo do Anexo I do Senado Federal.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior e Mão Santa

Augusto defende investimentos na retomada do programa nuclear

Ao defender a realização de novos investimentos no programa nuclear brasileiro, Augusto Botelho (PT-RR) afirmou que “é preciso lutar” na Comissão Mista de Orçamento (CMO) a fim de que haja mais recursos para esse empreendimento.

Ele fez a declaração durante visita, na última sexta-feira, às instalações do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), no município de Iperó. Nesse local, são realizadas pesquisas sobre energia nuclear, que incluem o enriquecimento de urânio. O senador representou, na ocasião, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado.

– Nosso objetivo é ver de perto o programa nuclear desenvolvido pela Marinha e, portanto, ver de perto o programa nuclear do país – disse Augusto Botelho.

A visita ocorreu quatro dias após o Conselho Nacional de Política Energética aprovar a construção da usina nuclear Angra 3 – em decisão que ainda precisa ser ratificada pelo presidente da República. O diretor do CTMSP, contra-almirante Carlos Passos Bezerril, afirmou que será necessária uma verba adicional de R\$ 130 milhões anuais, durante oito anos, para que se termine a construção do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica, cujo objetivo é desenvolver um sistema de propulsão nuclear para submarinos.

Bezerril argumentou que é a partir desse tipo de pesquisa que são gerados conhecimentos e tecnologias em energia nuclear que podem ser apropriados pela indústria nacional – o chamado processo de “arraste tecnológico”.

Resíduos radioativos

Embora o presidente Lula já tenha se manifestado favoravelmente ao uso da energia nuclear como forma de sustentar o crescimento econômico do país, a retomada do programa nuclear encontra oposição no próprio governo. Na votação do Conselho Nacional de



June Araújo

Augusto considera a energia nuclear uma opção que não agrava o efeito estufa

Política Energética que aprovou a construção de Angra 3, houve um voto contrário: o do Ministério do Meio Ambiente. A titular da pasta, ministra Marina Silva, aponta a longa duração dos resíduos radioativos – que, dependendo do material, podem durar milhares de anos – como um perigo. Ela tem defendido a exploração de outras formas de energia.

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) frisou que ainda não se sabe “o que fazer, de forma definitiva, com os resíduos armazenados temporariamente nas piscinas das usinas nucleares”. Ele também questionou quais seriam os impactos se uma elevação dos mares, provocada pelo aquecimento global, atingisse as usinas nucleares que estão à beira-mar. Bezerril reconhece que os rejeitos radioativos são perigosos, mas ressalva que, “ao contrário de outros tipos de lixo, nesse caso sabe-se onde os resíduos estão e pode-se controlá-los”. Ele lembrou que, no Brasil, o lixo atômico é controlado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Augusto Botelho declarou não ter dúvidas quanto à segurança dos procedimentos da Marinha. O senador recordou que a energia nuclear “voltou a ser uma alternativa porque, em meio às preocupações internacionais com as mudanças climáticas, é uma opção que não piora o efeito estufa”. Ele destacou ainda que o Brasil possui uma das maiores reservas de urânio do mundo.

Audiência em Campo Grande será a quarta reunião externa a ser realizada pelo colegiado. Cuiabá e São Paulo também sediarão discussões, a se realizarem em agosto e setembro

Comissão especial debate efeitos do aquecimento no Pantanal

A Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas realiza audiência pública na sexta-feira, em Campo Grande, com o objetivo de debater os reflexos do aquecimento global no Pantanal.

A proposta da reunião é de Delcídio Amaral (PT-MS). O início dos trabalhos, que acontecerão no plenário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, está previsto para as 9h.

Essa vai ser a quarta reunião externa que o colegiado realiza. Em abril, os senadores e deputados da comissão foram até Belém para debater o desmatamento e, em maio, visitaram o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe),



José Cruz

Delcídio é autor da proposta para realização de audiência em Mato Grosso do Sul

em São José dos Campos (SP), onde tomaram conhecimento

dos avanços tecnológicos obtidos pelo centro de pesquisas.

Na semana passada, os parlamentares estiveram em Palmas, a fim de debater com autoridades locais os principais problemas ambientais da região causados pelo aquecimento global.

Nos próximos meses, a comissão discutirá ainda os problemas ambientais que afetam outras regiões do país. Já estão agendadas audiências públicas em Cuiabá (17 de agosto) e São Paulo (14 de setembro). Outras cinco serão realizadas em Brasília.

Hoje, o colegiado reúne-se às 14h30, em reunião administrativa para apreciar requerimentos.

Mudança climática já prejudica o Acre, alerta Mesquita Júnior

O aquecimento global já está prejudicando o meio ambiente no Acre, segundo Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). De acordo com o senador, dados da Defesa Civil do estado apontam que o rio Acre alcançou seu maior nível desde 2002 no final de maio e início de junho e, em apenas duas semanas, atingiu seu menor nível (2,78m) desde a grande seca de 2005, variando mais de seis metros.

– O fenômeno ocorreu durante um período de mais ou menos dez dias, uma espécie de supermaré, um minitsunami acreano, seguido de grande seca. Nos dias seguintes, o nível do rio caiu absurdamente – resumiu.

Na avaliação de Mesquita Júnior, tal variação não é normal. Ele pediu atenção do poder público para os problemas que o Acre pode

enfrentar nos próximos anos.

– Isso é um alerta vermelho sobre o que está por vir, pois quem conhece a Amazônia sabe que está apenas começando o nosso verão, período de pouca chuva e muito sol – avisou.

O senador apontou que o avanço do agronegócio na Amazônia, o desmatamento da floresta, a “exploração madeireira criminoso”, a implantação de grandes pastagens e monoculturas, como a soja, e as queimadas geram “consequências inimagináveis” para a região.

Mercosul

Mesquita Júnior também informou ter participado, nos dias 25 e 26 de junho, em Montevidéu, de reunião do Parlamento do Mercosul, do qual é membro efetivo. Ele afirmou que se trata de um dos organismos mais importantes da América Latina.



Roosevelt Pinheiro

Mesquita Júnior diz que no estado ocorreu uma “supermaré” seguida de grande seca

O parlamentar aproveitou ainda para registrar o lançamento, na quinta-feira, em Rio Branco, da Coleção Biblioteca Popular – iniciativa que reedita clássicos da literatura brasileira e obras de autores do Acre. Ele disse que utiliza a cota de serviços na Gráfica do Senado a que tem direito como senador para imprimir a coleção, distribuída gratuitamente a estudantes e à população em geral. “A leitura proporciona meios de pensar, refletir e transformar a realidade na qual vivem”, frisou.

Adelmir é homenageado por atuação em favor do meio ambiente

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) – foto – recebeu ontem, das mãos do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, a Medalha da Ordem do Mérito Bombeiro Militar do DF Imperador Dom Pedro II.

A cerimônia foi realizada na

Academia Superior do Corpo de Bombeiros, em Brasília, onde outras 80 personalidades também receberam a homenagem.

A medalha representa a conscientização e a contribuição para manter o equilíbrio ecológico,

principalmente nesse período de seca.

De acordo com o comandante do Corpo de Bombeiros Militar, José Anício Barbosa Júnior, “são sempre importantes debates relacionados à problemática ambiental, especialmente na

busca pela conscientização do aquecimento global”.

Também estiveram presentes à cerimônia o comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, José Antônio Serra Freixo, e o secretário de Segurança Pública do DF, general Athos Costa de Faria.



Márcio Kalume

Advocacia Geral do Senado e Consultoria Legislativa da Casa apontam irregularidades na tramitação de representação por quebra de decoro

Quintanilha devolve à Mesa processo contra Renan

Acompanhado de uma nota informativa da Consultoria Legislativa e de um parecer da Advocacia Geral do Senado, foi devolvido ontem à Mesa da Casa o processo movido no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. A documentação foi encaminhada à Secretaria Geral pelo presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), para que a Mesa “proceda o saneamento” de vícios na tramitação da representação do PSOL e do processo que a ela se seguiu.

Tanto o documento assinado pelo consultor-geral legislativo, Bruno Dantas, quanto o parecer

elaborado pelo advogado-geral, Alberto Cascais, apontam como as principais irregularidades do processo o fato de Renan ter decidido sozinho pela admissibilidade da representação – sem ouvir a Mesa – e o fato de o conselho ter pedido diretamente à Polícia Federal perícia de documentos apresentados pelo senador.

Os vícios na admissibilidade ferem o artigo 14 da Resolução 20/93 – o Regimento Interno do Senado. Já o pedido de perícia contraria o artigo 19 da mesma resolução. No entender de Dantas e Cascais, prejudicado por esses vícios, o processo corre o risco de ser considerado nulo. A nota da Consultoria Legislativa agrega ao



Leomar Quintanilha pede à Mesa do Senado saneamento dos vícios

entendimento do consultor-geral sùmulas de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) declarando a nulidade de processos conduzidos em desacordo com

Fotos: Roosevelt Pimenta

as normas legais.

Diante do despacho de Quintanilha, a Secretaria Geral comunicou o recebimento do processo, do parecer e da nota a Renan e ao 1º vice-presidente da Casa, Tião Viana (PT-AC). Agora, caberá à Mesa do Senado manifestar-se sobre o despacho.

A tramitação da representação do PSOL ainda se ressent de outras impropriedades, conforme a documentação encaminhada por Quintanilha. Uma delas refere-se ao pedido de perícia à Polícia Federal, que foi determinado sem votação no conselho.

Outra irregularidade apontada refere-se ao fato de que, após a leitura do relatório de Epitácio

Cafeteira (PMDB-MA) – afastado por motivo de doença –, “deixou-se de proceder à sua votação, reabrindo-se a instrução para oitiva de testemunhas e realização de diligências”.

Ainda constam do texto da consultoria observações sobre a amplitude das investigações e do julgamento do processo, que não poderia ir além do que pede a representação. “Parece-nos que o enveredamento do procedimento por caminhos que se afastem dos fatos, da causa de pedir, e do pedido inicialmente formulado, ainda que por uma razão nobre, pode ensejar argüição de nulidade absoluta de todo o processo disciplinar”, diz o parecer.

PSDB exige o julgamento do senador pelo Conselho de Ética

Antes de ser anunciada a decisão do presidente do Conselho de Ética de devolver à Mesa do Senado processo contra o presidente da Casa, o PSDB emitiu nota em que defende o conselho como o foro no qual deve ser julgado o senador Renan Calheiros (PMDB-AL).



Posição do partido foi defendida ontem em nota assinada pelo líder Arthur Virgílio

Na nota, o PSDB afirma que o envio do processo à Mesa ou ao

Supremo Tribunal Federal representa uma “medida meramente protelatória”, que “desestabilizaria o conselho, retirando-lhe o que lhe resta de credibilidade”. O documento é assinado pelo líder do partido, senador Arthur Virgílio (AM).

Para reforçar seus argumentos, os peessedebistas afirmam que a opinião do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, é a de que Renan deve ser julgado pelo Conselho de Ética, em primeiro lugar, e depois, se for o

caso, pelo Plenário do Senado, já que se trataria de uma questão de decoro parlamentar. “O PSDB não se afastará um milímetro de sua posição: exige investigação séria e transparente, garantindo-se ao acusado o mais amplo direito de defesa”, diz a nota.

O documento informa também que a bancada no Senado

se reunirá hoje, às 10h, com líderes do partido na Câmara para tomar “decisão firme” sobre o processo. “O PSDB exige que o senador Renan Calheiros se submeta a julgamento no Conselho de Ética. É a grande oportunidade que tem de se defender. Caso contrário, poderá sofrer condenação pela opinião pública. E a crise poderá aprofundar-se, carregando com ela toda a instituição parlamentar, que nos empenhamos em defender”, adverte o partido.

Para Agripino, “são muito frágeis” os vícios alegados

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), disse ontem, em entrevista coletiva, que “são muito frágeis” os vícios alegados no processo movido pelo PSOL no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. Agripino manifestou-se antes que fosse divulgado o despacho do presidente do conselho, Leomar Quintanilha, devolvendo o processo à Mesa do Senado.

As principais impropriedades jurídicas registradas em pareceres da Consultoria Legislativa e da Advocacia Geral são o encaminhamento do processo ao conselho pelo próprio Renan, sem consulta aos demais membros da Mesa do Senado, e o pedido de perícia à Polícia Federal em documentos apresentados por Renan, sem a intermediação da Mesa.

Agripino lembrou que o encaminhamento do processo ao conselho foi anunciado em Plenário pelo presidente do Senado. Segundo disse, a atitude de Renan foi elogiada pela líder do Bloco

de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), e classificada por ela como um ato *ad referendum* (para posterior referendo) do conselho, sem que ninguém apresentasse contestação.

O líder do DEM observou também que o pedido de perícia nos documentos, decidido em reunião do conselho, recebeu o aval de Renan, que, pelo telefone, o autorizou por intermédio do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

– O caminho jurídico não tem volta. Diante da suspeita de que o processo possa retornar à Mesa poderíamos pensar, embora eu me recuse, na hipótese de que Renan adotou um caminho, e agora, por meio de um aliado, está provocando uma guerra jurídica em seu benefício – avaliou Agripino.

Ele previu que o conselho reagirá à decisão de Quintanilha.

– Ainda esta semana será formada uma maioria destinada a fazer os trabalhos do conselho voltarem à normalidade – afirmou Agripino.

João Pedro cobra maior rapidez na análise do processo

Ao comentar em Plenário as freqüentes censuras dirigidas pela mídia e pela opinião pública ao Senado Federal devido à demora no julgamento do senador Renan Calheiros no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador João Pedro (PT-AM) pediu pressa na conclusão das investigações.

Mesmo reconhecendo a possibilidade de existência de “prejulgamentos e generalizações perigosas” por parte de matérias divulgadas na imprensa, João Pedro considerou fundamental uma postura mais célere dos membros do Conselho de Ética para responder às denúncias publicadas pela revista *Veja* questionando a

origem dos recursos utilizados por Renan para o pagamento de pensão alimentícia à jornalista Mônica Veloso.

– Quero dizer que acho que o Senado está demorando. Precisamos acelerar e responder imediatamente essa questão fundamental que está colocada para o conselho – disse.

Homenagem

Em seu discurso, João Pedro também homenageou a festa do boi-bumbá realizada em Parintins (AM) e as agremiações culturais Garantido e Caprichoso. Ele registrou a conquista do título de campeão do 42º Festival Folclórico de Parintins pela agremiação Boi-bumbá Caprichoso.



João Pedro também prestou homenagem ao Festival Folclórico de Parintins

Senado rebate dados de ONG sobre gastos do Congresso

Na presidência da sessão plenária de ontem, Mão Santa (PMDB-PI) leu nota do Senado, com base em informações da Consultoria de Orçamento, rebatendo trabalho elaborado pela ONG Transparência Brasil que coloca o Congresso brasileiro entre os mais caros do mundo, em uma comparação com outros 11 países.

O Senado afirma que as conclusões da ONG foram “erigidas em bases eivadas de vícios técnicos”. A nota assinala que o estudo da Transparência Brasil não levou em conta que 25% dos gastos totais do Congresso brasileiro referem-se a despesas com inativos e pensionistas, ou seja, gastos previdenciários que não têm relação com o custo efetivo de um parlamento. Segundo a nota,

esse custo soma R\$ 189 milhões. A contribuição patronal para a Previdência corresponde a 2% da folha, ou R\$ 372 milhões nas duas Casas do Legislativo.

Provavelmente, muitos dos parlamentos citados na pesquisa não incluem esse item em suas despesas, tornando os números, portanto, não-comparáveis, explica a nota, acrescentando que a despesa do Congresso representa 0,7% do Orçamento da União, excluído o refinanciamento da dívida pública. Ao se descontarem as despesas de cunho previdenciário, esse percentual cai para 0,48%.

“Ao se descontarem as despesas que não constituem efetivamente ônus do Legislativo, ao se considerarem as peculiaridades do Brasil e de sua estrutura fede-

rativa e ao se levar em conta a excepcional valorização do real, conclui-se que o gasto efetivo do Parlamento brasileiro não se encontra entre os mais altos do mundo”, explica a nota.

Advocacia emite nota

A Advocacia do Senado também emitiu uma nota de esclarecimento sobre gastos lançados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), informando ter ocorrido um erro no lançamento relativo a reformas em apartamentos destinados à ocupação pelos parlamentares, fazendo parecer que se tratava de um único apartamento reformado. “O lançamento de R\$ 485,1 mil mencionado pelo veículo refere-se, na verdade, à reforma de oito apartamentos”, esclarece a nota.

NOTA À IMPRENSA

A ONG Transparência Brasil divulgou recentemente, com ampla repercussão junto aos órgãos de imprensa, trabalho no qual coloca o Parlamento brasileiro e, em particular, o Senado Federal, entre os mais caros do mundo, numa comparação feita para um grupo de 11 países. Para o Senado brasileiro, as conclusões do trabalho foram erigidas em bases eivadas de vícios técnicos que, à luz de uma análise mais criteriosa, tornam-nas completamente apressadas e falsas.

O trabalho feito pela ONG em questão contém, segundo análise de técnicos do Senado Federal, pelo menos, as seguintes imprecisões:

1. Ao agregar os dados do lado brasileiro para compará-los aos dos outros países, o estudo da Transparência Brasil não levou em conta que 25% dos dispêndios totais do Congresso brasileiro referem-se a despesas com inativos e pensionistas, portanto, gastos previdenciários, que em nada se relacionam ao custo efetivo de um parlamento. Provavelmente, muitos dos parlamentos citados na pesquisa não incluem esse item em suas despesas, tornando os números, portanto, não-comparáveis com os do Brasil.

2. Do mesmo modo, no caso do Brasil, também se agregou aos dados o custo patronal, relativo às contribuições previdenciárias, que

difere de país para país, conforme suas legislações, e que no caso do Senado brasileiro soma R\$ 189 milhões, item que não guarda qualquer relação com a atividade parlamentar, sendo de natureza eminentemente previdenciária. No caso brasileiro, a contribuição patronal para a Previdência corresponde a 2% da folha, totalizando R\$ 372 milhões nas duas Casas do Legislativo Federal.

3. A despesa do Congresso Nacional representa 0,7% do Orçamento da União (excluído o refinanciamento da dívida pública). Ao se descontarem as despesas de cunho previdenciário, esse percentual cai para 0,48%.

4. A comparação de custo em termos de salário mínimo local feita pelo estudo é diretamente influenciada pela estrutura de distribuição de renda do país analisado, bem assim pelo poder de compra desse indicador. Nesse sentido, a existência de um custo mais alto em termos de salário mínimo local não significa necessariamente excesso de despesa ou baixa eficiência do parlamento em questão.

5. O estudo mencionado, na tentativa de universalizar os dados, baseou-se em parâmetros de taxa de câmbio, provavelmente assumindo a premissa de tratar-se de uma situação em que esta se posiciona em um ponto de equilíbrio. No entanto, é notório que atualmente o real encontra-se

extremamente valorizado perante as principais moedas fortes do mundo, como o dólar norte-americano e o euro. Assim, se esse estudo tivesse sido feito há três anos, quando o câmbio era de R\$ 3,12/US\$, o custo em dólar do Parlamento brasileiro cairia a 62% do valor agora apurado.

6. O trabalho não leva em conta as peculiaridades do Parlamento brasileiro, praticamente dividido em três – Senado, Câmara e Congresso Nacional –, nem as dimensões continentais do país, que envolve maiores custos de deslocamento dos parlamentares e coisas dessa natureza.

7. Em síntese, ao se descontarem as despesas que não constituem efetivamente ônus do Legislativo, ao se considerarem as peculiaridades do Brasil e de sua estrutura federativa e ao se levar em conta a excepcional valorização do real, conclui-se que o gasto efetivo do Parlamento brasileiro não se encontra entre os mais altos do mundo. Ao contrário, apresenta-se em níveis adequados à complexidade das demandas que lhe são impostas. Vale destacar que, apenas com a retirada das despesas previdenciárias do rol comparativo, os gastos anuais do Congresso brasileiro seriam reduzidos de R\$ 32,62 para R\$ 22,58 por habitante, caindo para a oitava colocação no grupo dos 11 países pesquisados.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Advocacia do Senado Federal (ADVOSF), a respeito de nota veiculada pelo *site Contas Abertas*, sobre gastos lançados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), informa ter ocorrido um lapso no lançamento citado, relativo a reformas em apartamentos destinados à ocupação pelos parlamentares.

O lançamento de R\$ 485,1 mil mencionado pelo veículo refere-se, na verdade, à reforma de oito apar-

tamentos, conforme pode ser constatado no edital destinado a realizar a Tomada de Preços nº 007/2006, para a escolha da empresa que se encarregaria da realização das obras.

No contrato nº 0009/2007, firmado entre o Senado e a empresa vencedora do certame (Lima Engenharia Ltda.), consta, de sua cláusula primeira: “O presente instrumento tem por objeto a execução de obra de reforma nos apartamentos nºs 301 e 401 do Bloco

C; 303, 304 e 402 do Bloco D; e 201, 303 e 601 do Bloco G da SQS 309, de acordo com as especificações do edital do anexo único deste contrato e da proposta da contratada”.

No lançamento do Siafi, contudo, ao se explicar a destinação de recursos, mencionou-se “obras em apartamento”, quando o correto seria “obras em apartamentos”.

Alberto Cascais
Advocacia do Senado

Especialistas apontam problemas de gestão, planejamento e infra-estrutura como entraves ao desenvolvimento do setor



Delcídio, Garibaldi, José Ricardo Rushel (da Secretaria Especial de Portos) e Guarita

Sem investimentos, portos precisam de regras estáveis

A Subcomissão dos Marcos Regulatórios, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), realizou, ontem, audiência sobre os entraves para a regulação da área dos portos. Foram ouvidas autoridades do governo e representantes da iniciativa privada e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Os maiores obstáculos apontados para o desenvolvimento do setor foram identificados na área de gestão, planejamento e infra-estrutura portuária.

De acordo com o representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Marcos Guarita, “o setor encontra-se estagnado desde a reforma do Estado a partir de 1990”. O relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), concordou com Guarita e observou que, depois do afastamento estatal do setor portuário, no governo Fernando Henrique Cardoso, o próprio presidente Lula teria dito que, para realizar a tarefa dos marcos regulatórios, “ainda teria que se tirarem alguns esqueletos do armário”.

Guarita disse também que o Estado se afastou da produção e parou de investir nos portos.

– Assim, os investimentos só virão se os objetivos centrais para regulação também forem buscados na estabilidade das regras, por meio da dotação de segurança jurídica, visando garantir a atração do investidor privado e também proteger os usuários desse mercado – sustentou, lembrando que já tramita no Senado uma proposta de emenda à Constituição (PEC 81/03) do

senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre o assunto.

Sérgio Castanho, diretor-geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), reclamou uma proposta regulatória para viabilizar a utilização de navios nos portos. Segundo justificou, a fila de navios fretados pelos exportadores de soja, parados em decorrência da falta de infra-estrutura nos portos, gera um prejuízo diário em torno de US\$ 40 mil por cada navio.

Concessões

O representante da Antaq, Fernando Brito Fialho, informou que as concessões de portos para o setor privado começam a ser concretizadas.

– Atualmente, apenas o porto de Imbituba [SC] é de capital privado. Mas, já autorizamos 125 concessões de terminais para esse segmento em todos os portos – frisou Fialho, que também apontou a importância da integração das hidrovias à economia portuária brasileira.

– A água não deve servir apenas para consumo ou para a extração de energia por meio de hidrelétricas, mas também para se integrar ao processo de desenvolvimento sustentável por meio das hidrovias, que retirariam do ar boa parte dos gases tóxicos emitidos por outros transportes, como o rodoviário – destacou.

Segundo o presidente da subcomissão, Delcídio Amaral (PT-MS), a próxima reunião ocorrerá em agosto, quando os trabalhos serão reabertos com a entrega de um relatório das audiências já realizadas e a definição de uma nova agenda de debates.

Marilyn Miles fala na quinta-feira à Comissão de Relações Exteriores, que também vota proposta de Aloizio Mercadante para criação de fundo mundial para o meio ambiente

Embaixadora da Guiana discute comércio entre seu país e o Brasil

A embaixadora da Guiana no Brasil, Marilyn Cheryl Miles, comparece na quinta-feira, a partir das 10h, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para falar sobre os resultados da recente visita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez àquele país. Ela também deverá fazer um balanço das relações comerciais entre o Brasil e a Guiana.

Após a audiência pública com a embaixadora, os membros do colegiado devem votar proposta do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) sugerindo à CRE que, em conjunto com as comissões de Assuntos Econômicos (CAE), e do Meio Ambiente, Defesa do

Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), inicie estudos visando à criação do Fundo Mundial Ambiental (FMA).

O objetivo do fundo, de acordo com a proposta de Mercadante (Indicação 1/06), é financiar programas, projetos e ações destinados à promoção do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente equilibrado em todo o planeta. O FMA seria mantido com receitas oriundas da cobrança de uma taxa de até 1% sobre as importações de todos os países, e seria gerido e fiscalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

A CRE, presidida pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI), tam-

bém poderá examinar, na reunião da quinta-feira, requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que pede a aprovação de voto de censura e repúdio à decisão da Promotoria Pública da Coroa Britânica por haver inocentado os oficiais da Scotland Yard envolvidos no assassinato do brasileiro Jean Charles de Menezes.

Jean Charles foi morto brutalmente com oito tiros à queima-roupa em julho de 2005, no metrô de Londres, ao ser confundido pela polícia com um terrorista árabe. O erro chegou a ser admitido pela própria Scotland Yard, quando afirmou que o brasileiro não tinha nenhuma relação com grupo terrorista.

Jucá saúda BID por ligação de Boa Vista com o porto de Georgetown

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) saudou o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pela aprovação de financiamento de US\$ 900 mil, em favor do governo da Guiana, para conclusão do projeto executivo e de impacto econômico da ligação por terra entre o porto de Georgetown e Boa Vista, capital de Roraima. Além de propiciar um impulso econômico ao estado, a obra deverá, segundo Jucá, abrir uma saída terrestre para escoamento da produção do Amazonas.

Ainda de acordo com o

senador, o governo brasileiro já financiou o asfaltamento da estrada que sai de Boa Vista em direção a esse porto do Caribe, ligação que terá, ao todo, 650 quilômetros. A próxima etapa da obra no lado brasileiro será, conforme acrescentou, a construção de uma ponte sobre o rio Tacutu, que unirá os dois países e tem previsão de ficar pronta no final do ano.

– Esse é um registro importante para Roraima e a região Norte, pois constitui um passo a mais para construir uma saída da parte ocidental do Amazonas para o Caribe – destacou.



Roosevelt Pinheiro

Obra abrirá saída terrestre para escoar produção da Amazônia, ressaltou Jucá

Jucá adiantou ainda que o governo brasileiro deverá ajudar financeiramente a Guiana, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a asfaltar essa estrada de ligação e a melhorar a infra-estrutura do porto de Georgetown.



Célio Azevedo

Matéria em exame na Comissão de Assuntos Econômicos é um dos projetos do PAC

CAE analisa hoje política para valorização do salário mínimo

Uma política de valorização do salário mínimo é o que objetiva projeto de lei de iniciativa da Presidência da República que será apreciado hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A intenção do governo é que, no período de 2008 a 2023, o piso salarial seja reajustado pela inflação mais o crescimento nominal do produto interno bruto do país. A matéria integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Já aprovada pela Câmara dos Deputados, a proposta (PLC 42/07) tem como relator o senador Osmar Dias (PDT-PR), que ainda não divulgou seu relatório. Se receber voto favorável da comissão, o projeto será encaminhado a votação no Plenário.

A pauta da CAE inclui outras 17 proposições, entre elas projeto

(PLS 272/06) de Valdir Raupp (PMDB-RO) que obriga os bancos e financeiras a garantirem a quitação antecipada de contratos de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha. A medida, que tem parecer favorável do relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), vale para empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), servidores públicos, aposentados e pensionistas da União.

Outra proposição que poderá ser votada pelo colegiado é o substitutivo de Flávio Arns (PT-PR) a projeto (PLS 150/05) de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que impede o governo federal de contingenciar recursos orçamentários destinados aos municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a 0,7.

Comissão debaterá questões sociais no setor de biocombustíveis do país

A situação atual do setor de biocombustíveis do Brasil sob a ótica social e trabalhista será debatida amanhã, a partir das 9h, em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Deverão participar da audiência o advogado trabalhista, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da entidade, José Pastore; o presidente da Fede-

ração dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), Elio Neves; e a pesquisadora e técnica da Divisão de Ergonomia da Fundacentro do Ministério do Trabalho Maria Cristina Gonzaga.

Também estão convidados para o debate o engenheiro de segurança do trabalho e consultor da União da Indústria da Cana de Açúcar (Unica) Eduardo Yojiro Koizume; e a assessora sindical da Unica Eliamara Aparecida Assa Sallum.

Papaléo diz que governo estimula campanha contra Legislativo e Judiciário

Papaléo Paes (PSDB-AP) acusou o governo de estar por trás de uma campanha difamatória dirigida aos Poderes Legislativo e Judiciário. Segundo o parlamentar, a imprensa não está dando o mesmo peso para os escândalos de corrupção do Poder Executivo e comete “uma injustiça” quando diz que os 81 senadores são irresponsáveis.

– Olhamos para este quadro e ficamos temerosos. Estamos vendo surgir modelos de ditadura na América Latina. Nenhum parlamentar manda executar obras. O Executivo, que é quem tem o poder de subornar, de fazer mensalão e comprar votos, está passando incólume por essa campanha de desmoralização – disse Papaléo, pedindo ao presidente

Lula que assuma a responsabilidade pela defesa da democracia.

O senador afirmou que “todos os amigos do presidente Lula, sem exceção”, estão envolvidos em escândalos de “corrupção, ladroagem e roubalheira”, enquanto o Congresso está sendo atacado de forma generalizada. Ele assinalou que a imprensa corre o mesmo risco que todos, caso

o Brasil caia numa ditadura.

– A Casa tem que reagir. As questões que estamos vivendo devem ser resolvidas internamente, com transparência e justiça. O que está acontecendo é responsabilidade do presidente Lula, por desmoralizar o Congresso com uma enxurrada de medidas provisórias e não deixando que o Parlamento legisle – disse.



Roosevelt Pinheiro

Executivo está passando incólume por desmoralização, reclama Papaléo Paes

Roosevelt Pinheiro



Pesca esportiva provoca exclusão social, argumenta Fátima Cleide

Fátima Cleide defende legalização da pesca profissional em rios de Rondônia

Fátima Cleide (PT-RO) manifestou apoio ao “restabelecimento das condições de legalidade e sustentabilidade” da atividade pesqueira nas bacias dos rios Mamoré e Guaporé, em Rondônia. Conforme a senadora, a lei estadual que dá preferência à pesca amadora, em detrimento da artesanal, gera desemprego, fome e violência.

A parlamentar disse que, com a promulgação da Lei estadual 1.729, de abril do ano passado, Rondônia optou por restringir a pesca profissional artesanal e investir na pesca amadora e esportiva, ligada ao turismo. O objetivo da medida, segundo ela, seria “poupar estoques pesqueiros”.

Fátima Cleide explicou que, além de gerar exclusão social,

essa lei não combate as verdadeiras causas do esgotamento dos recursos pesqueiros. De acordo com a senadora, pescadores artesanais do estado sustentam, em carta que lhe enviaram, que a eventual escassez estaria muito mais ligada, entre outros motivos, à intensificação do uso de agrotóxicos nas lavouras e à pesca amadora sem controle por

órgãos competentes.

– Os antes pescadores, que eram profissionais, descendentes diretos de uma das mais antigas tradições da região, de um dia para outro são transformados em desempregados, marginais e potenciais contraventores, impotentes diante da degradação do que sempre foi o sustento digno e seguro de milhares de famílias.

Mão Santa critica idéia de presidente convocar plebiscito

Mão Santa (PMDB-PI) criticou “algumas vozes” que defendem a idéia de se oferecer ao presidente da República a possibilidade de convocar plebiscitos sem aprovação do Congresso. O senador disse que se trata de “uma decisão muito perigosa”, lembrando que pelo menos três países da América Latina viram nos últimos tempos o presidente da República “passar por cima do Legislativo”.

– O Senado é a última resistência democrática. O presidente Lula já tem no bolso quase tudo, porque ele tem a chave do cofre. Ele só não tem certeza sobre o Senado. O momento é grave, e eu soube que até discurso houve na Câmara defendendo essa história de plebiscito – afirmou.

Mão Santa frisou não entender porque a mídia “tem feito esse massacre”, levando o Congresso ao descrédito. Admitiu que ocorreram nos últimos tempos fatos “desabonadores” do Parlamento, mas que não se pode, a partir daí, partir para o ataque ao Congresso como instituição. Sustentou que os senadores “não são vilões”, imagem que, acrescentou, pode ser tirada da leitura de jornais e revistas.

O senador cumprimentou ainda a população de Rio Branco, onde esteve no fim semana, relatando que não viu na capital acreana bancos de praça quebrados ou prédios e muros pichados. Ele foi à cidade a convite de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Roosevelt Pinheiro



Mão Santa: “Lula já tem no bolso quase tudo, porque ele tem a chave do cofre”

Sai hoje novo relatório parcial da CPI do Apagão Aéreo do Senado

O segundo parecer a ser apresentado pelo relator apontará as causas mais importantes dos atrasos verificados em vôos nos principais aeroportos do país

O relator da CPI do Apagão Aéreo, senador Demostenes Torres (DEM-GO), deve apresentar hoje, às 10h, o segundo relatório parcial do colegiado sobre a crise do setor aéreo brasileiro, apontando, sobretudo, as causas mais importantes dos atrasos em vôos verificados nos principais aeroportos do país nos últimos meses.

Na elaboração do texto, o senador se baseou nos depoimentos prestados por diversos especialistas e autoridades responsáveis pelos órgãos de monitoramento do espaço aéreo no Brasil, como o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazi, e o diretor-geral do



Parecer de Demostenes (E), ao lado de Viana, se baseia em depoimentos à CPI

Departamento de Controle de Espaço Aéreo (Decea), major-brigadeiro-do-ar Ramon Borges Cardoso.

No primeiro relatório parcial, restrito às causas e conseqüências do acidente envolvendo o jato Legacy e o Boeing 737-800 da Gol, Demostenes responsabilizou por crime culposos quatro controladores de vôo e os dois pilotos norte-americanos do Legacy. No

acidente, ocorrido em setembro de 2006, morreram todos os 154 ocupantes do avião da Gol.

Verbas

Os senadores da CPI do Apagão Aéreo, na terceira fase dos trabalhos, deverão investigar denúncias de irregularidades e desvio de verbas públicas na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

Após a apreciação do relatório, a comissão votará ainda requerimentos de Demostenes Torres solicitando à Controladoria Geral da União (CGU) o compartilhamento dos sigilos bancários e fiscal de funcionários da Infraero e de empresas que firmaram contratos com essa empresa estatal.

Agripino sugere privatização da Infraero para solucionar a crise

O líder do Democratas, José Agripino (RN), afirmou que a saída para o apagão aéreo é a privatização da Infraero ou a concessão dos aeroportos a grupos privados. Ele recomendou ao governo Lula que “deixe de lado o cacoete” contra a privatização e adote o que, a seu ver, é o caminho mais racional para o problema.

Agripino fez comparações entre a Petrobras (não privatizada) e a Vale do Rio Doce (privatizada) para mostrar como houve aumento de eficiência, lucros e empregos. Em 1997, a Petrobras valia (preço das ações) US\$ 30,8 bilhões, enquanto a Vale US\$ 10,5 bilhões.

Em 2004, com a privatização da Vale, seu valor de mercado multiplicou por dez, ao passo que o da estatal aumentou cerca de quatro vezes – US\$ 126 bilhões (Petrobras) e R\$ 102,5 bilhões (Vale).

Quanto a empregos, segundo Agripino, a privatização da Vale “foi um sucesso maior ainda”: passou de 10.865 funcionários em 1997 para 127.990 hoje.

O senador disse ter feito na sexta-feira, em São Paulo, ao lado de Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Aloizio Mercadante (PT-SP), palestra a empresários, quando falou sobre os desafios do crescimento econômico do Brasil. Ressaltou



Agripino destaca crescimento da Vale do Rio Doce nas mãos da iniciativa privada

que o país tem obtido sucesso graças a medidas adotadas por vários governos nos últimos 20 anos, que vão do controle da inflação à Lei de Responsabilidade Fiscal, da privatização à independência do Banco Central, das metas de inflação às agências reguladoras.



Gilvam ressalta papel das zonas de exportação para a economia

Gilvam: ZPEs vão beneficiar todas as regiões do país

Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que o Brasil estaria inserido no mercado internacional, com a mesma capacidade competitiva da China, caso as zonas de processamento de exportação (ZPEs) estivessem funcionando desde 1988, quando esse tipo de empreendimento foi criado pelo então presidente José Sarney, atual senador pelo PMDB do Amapá.

Projeto (PLS 146/96) que estabelece as condições de funcionamento e criação de ZPEs foi aprovado pelo Senado no último dia 27. As ZPEs constituem distritos industriais formados por empresas beneficiadas com a isenção de impostos e ampla flexibilidade cambial, desde que destinem a maior parte da produção ao mercado externo.

Gilvam Borges ressaltou que os empreendimentos deverão beneficiar todas as regiões do Brasil e que essa modalidade de distrito industrial é utilizada por diversos países. O senador lembrou que a iniciativa de criação das ZPEs obteve a resistência do empresariado paulista, que temia a repetição do “efeito Zona Franca de Manaus”, com a transferência de empresas instaladas no estado para zonas especiais em outras regiões do país.

– A preocupação, porém, era descabida. Pela lei, os benefícios da ZPE só podem ser aplicados para novas empresas, constituídas especificamente para esse fim – disse o senador.

Roosevelt Pinheiro

Em debate, a nova Lei de Comunicação Social Eletrônica

A Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social realiza hoje, às 10h, a primeira audiência pública para discutir aspectos da nova Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica, que vem sendo elaborada pelo Executivo, além de propostas para a regulamentação do artigo 221 da Constituição federal. A audiência será realizada em conjunto com a Comissão de Educação (CE), em cujo âmbito funciona a subcomissão, presidida pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO).

Tanto o anteprojeto da nova lei quanto as propostas de regulamentação do dispositivo constitucional vêm sendo debatidos por uma comissão interministerial, criada por decreto da Presidência da República em janeiro de 2006. O requerimento para a realização da audiência é de autoria dos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

O artigo 221 estabelece que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; e respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Foram convidados para o debate o vice-presidente de Relações Internacionais das Organizações Globo, Evandro Guimarães; o presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão, Fernando Dias; a diretora para Assuntos Internacionais da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema, Assunção Hernandez; e o consultor jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores Walter Vieira Ceneviva.

Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde irá debater drama enfrentado por 40% da população brasileira, conforme dados do Ministério da Saúde

Avanço da obesidade no Brasil é tema de audiência pública

O avanço da obesidade no Brasil, especialmente entre crianças, será tema de audiência pública hoje, às 10h, na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Os senadores Papaléo Paes (PSDB-AP), Kátia Abreu (DEM-TO), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Augusto Botelho (PT-RR) solicitaram o debate por se preocuparem com o aumento no número de brasileiros acima do peso, drama enfrentado, segundo estudo do Ministério da Saúde de 2006, por 40% da população.

Kátia Abreu considera ainda mais grave o avanço da obesidade entre crianças e adolescentes. Seu alerta é ilustrado com o resultado de recente pesquisa do IBGE, que apontou, no prazo de 30 anos, o



Kátia Abreu alerta para o avanço da obesidade entre crianças e adolescentes

salto de 4% para 17,9% no número de meninos e rapazes acima do peso. Entre as meninas e moças, a elevação foi de 7,5% para 15,4% no período.

– A obesidade atinge seis milhões de jovens brasileiros – destacou a senadora.

De acordo com o pediatra e nu-

trólogo Mauro Fisberg, chefe do Centro de Atendimento e Apoio ao Adolescente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e um dos expositores convidados, mudanças no estilo de vida e nos hábitos alimentares influenciaram o ganho de peso entre o público infanto-juvenil. A constatação é feita no artigo “Obesidade na Infância e Adolescência – Uma Verdadeira Epidemia”, divulgado no site da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso).

Também deverão participar do debate as professoras Olga Maria Silvério Amâncio, da Unifesp, e Maria Emília Daudt von der Heyde, do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), e o presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Pimentel Slaviero.

Comissões discutem oferta de medicamentos pelo SUS

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje, a partir das 14h, audiência pública para discutir o projeto de lei do senador Tião Viana (PT-AC) que dispõe sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A reunião faz parte da série de audiências que vêm sendo realizadas pela CDH e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com o objetivo de debater projetos em tramitação no Senado que tratam de políticas públicas de atenção à saúde, em especial com relação à oferta de medicamentos de alto custo na rede pública.

No requerimento de audiência, o senador Flávio Arns (PT-PR)



Projeto de Tião Viana dispõe sobre o fornecimento de remédios de alto custo

lembra que o fornecimento de medicamentos de alto custo e de uso contínuo pelo SUS “tem sido objeto de incontáveis ações judiciais, o que leva à necessidade de um amplo debate sobre o tema, no sentido de que seja garantida a integralidade da assistência à saú-

de da população brasileira, como estabelece a Constituição”.

Para debater o projeto (PLS 219/07), que está sendo relatado na CAS pelo senador Paulo Paim (PT-RS), foram convidados, entre outros, o presidente da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose (ou fibrose cística), Sérgio Henrique Sampaio; o procurador da República do Distrito Federal Carlos Henrique Martins Lima; o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello; o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães; e o coordenador técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), René Moreira dos Santos.



Segundo proposta de Ideli, diretor terá mandato de, no mínimo, dois anos

Ideli quer instituir eleição direta para diretor de escola

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou projeto de lei que institui eleição direta para diretores de escolas públicas. De acordo com a matéria, a comunidade escolar – constituída por professores, funcionários, alunos e pais – passará a escolher por meio de eleição direta os diretores de escolas de ensino fundamental, médio e técnico das redes públicas federal, estadual e municipal.

A proposta (PLS 344/07), que receberá parecer da senadora Fátima Cleide (PT-RO) e decisão terminativa na Comissão de Educação (CE), determina ainda um mandato de, no mínimo, dois anos para o ocupante de cargo ou função de diretor.

O projeto acrescenta um terceiro inciso ao artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para incluir a eleição dos diretores. A lei já fixa que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, conforme dois princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Ideli considera fundamental a eleição de diretores em todas as escolas públicas brasileiras para que se cumpra a Constituição, que coloca a gestão democrática do ensino público entre os princípios a serem seguidos.



Inácio Arruda é o autor do requerimento que solicita homenagem à entidade

Sessão do Senado homenageia os 70 anos da UNE

O Senado prestará uma homenagem, amanhã, às 14h, à União Nacional dos Estudantes (UNE), que em agosto completa 70 anos. A sessão foi requerida pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

A UNE foi fundada em 13 de agosto de 1937 com o objetivo de ser a entidade máxima de representação dos estudantes do ensino superior. Em suas sete

décadas de existência, a UNE participou dos grandes eventos da história do país, defendendo a ruptura do Brasil com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) em 1940 e participando do movimento que defendia a posse de João Goulart, em 1961.

A sessão também irá homenagear o Centro Popular de Cultura, inspirado no Movimento de Cul-

tura Popular de Miguel Arraes, que tinha como objetivo difundir a cultura brasileira e a arte regional. O centro, inaugurado no Rio de Janeiro, em 1961, foi fechado pelo regime militar em 1964.

Em 1964, a UNE foi proibida de desenvolver atividades políticas, o que marcou o início de uma série de restrições impostas ao movimento estudantil pelo

regime militar e forçou a entidade a operar na ilegalidade até 1979, quando se deu início à sua reconstrução. A UNE também participou do movimento Diretas Já, em 1984, que reivindicava eleição presidencial por voto direto.

Atualmente, a participação da UNE na política é marcada pela defesa de uma reforma universitária.